

Permanência, abandono e retorno à EJA: estudo em um colégio social no Vale do Sinos/RS

Sueli Maria Cabral

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: suelicabral@feevale.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8975-3620>.

Daniela Erhart Loeblein

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Feevale, Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora de EJA no Colégio Marista São Marcelino Champagnat (Novo Hamburgo/RS) e dos anos iniciais na Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Pindorama.

E-mail: export.dani@gmail.com.

Luciano Dirceu dos Santos

Mestre em Letras pela Universidade Feevale, Especializado em Mentoring Teacher Education, pela University of Tampere (Finlândia), Licenciado em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

E-mail: lucianosantos2@feevale.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0984-0183>.

Resumo: Este estudo analisa as principais razões à permanência, abandono e retorno à EJA de indivíduos de um Colégio Social, localizado no Vale do Sinos/RS. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa de natureza descritiva e exploratória, por meio de entrevistas semiestruturadas, durante o segundo semestre de 2023, envolvendo 9 participantes. As respostas obtidas foram categorizadas em três eixos, utilizando-se a análise temática. Foi possível concluir que, entre outros, a necessidade de trabalhar é o principal motivo que faz com que o

Abstract: This study analyzes the main reasons that lead to the permanence, abandonment, and return to youth and adult education of individuals from a Social College, located in Vale do Sinos/RS. To this end, qualitative research of a descriptive and exploratory nature was carried out, using semistructured interviews, during the second half of 2023, involving 9 participants. The responses obtained were categorized into three axes, using thematic analysis. It was possible to conclude that, among others, the need to work is the main reason that makes

Recebido: 03/03/2024

Aprovado: 29/01/2025

estudante permaneça, ou que abandone a escola para prover o sustento da família, ou, ainda, que retorne para se qualificar em busca de melhores oportunidades.

Palavras-chave: EJA; permanência; abandono escolar; retorno à escola; aprendizagem.

students stay, or leave school to provide for their family, or even return to qualify in search of better opportunities.

Keywords: youth and adult education; permanence; school dropout; return to school; learning.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a modalidade de ensino conhecida como Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo principal objetivo é proporcionar acesso e continuidade na educação para muitos jovens e adultos que, por diversas razões, não puderam concluir seus estudos no ensino regular. Essa modalidade visa atender tanto à busca por realização pessoal quanto à criação de novas oportunidades profissionais.

É importante destacar que muitos desses jovens e adultos iniciam essa jornada, mas, infelizmente, acabam abandonando a oportunidade novamente. Por outro lado, há aqueles que retomam seus estudos, motivados por diferentes razões, enxergando na EJA uma alternativa para finalmente concretizar a conclusão de sua formação educacional.

Teles e Soares¹ afirmam que essas pessoas começam novamente a procurar a escola ao perceberem que a sociedade está em constante transformação, exigindo um profissional qualificado, não só para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade, a fim de exercer a cidadania plenamente, ou lutar por esse direito.

Vale lembrar que, de acordo com Ferreira², a EJA surge no âmbito educacional como um instrumento para restaurar a esperança dos jovens e adultos que vivem à margem da sociedade. Ela oferece a oportunidade de sonhar, de reconhecer seus próprios potenciais e de assegurar o pleno exercício de seus direitos e deveres, em vez de serem tratados como meros objetos de exploração. Num mundo que se considera intelectualizado, esses indivíduos, com escassa ou quase nenhuma educação formal, frequentemente se tornam alvos de preconceito e discriminação.

A evasão escolar é um fenômeno abrangente e intrincado, influenciado por diversos fatores de natureza pessoal, social e institucional. Esses elementos podem culminar na interrupção temporária da frequência do aluno à escola, o que chamamos de “abandono”, ou em sua saída permanente, caracterizando a “evasão”³.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁴, há a distinção entre esses termos: tecnicamente, “abandono” significa a situação em que o estudante se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na “evasão” o estudante sai da escola e não volta mais

1. TELES, Damares Araújo; SOARES, Maria Perpétua do Socorro Beserra. Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização. *Revista de Educação e Emancipação*, São Luís, v. 9, n. 1, p. 80-102, jan./jun. 2016. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v9n1p80-102>

2. FERREIRA, Rosely dos Santos. *A política de formação dos professores da educação de jovens e adultos de Mato Grosso (2003-2014)*. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgedu/wp-content/uploads/2023/06/ROSEL-Y-DOS-SANTOS-FERREIRA.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

3. BRANCO, Emerson Pereira et al. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 34, p. 133-155, 2020. <https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>

4. Apud CAVALCANTI, Meireluce Rocha. *A prática profissional do supervisor escolar e os desafios sobre a evasão e o abandono na educação de jovens e adultos em Fortaleza*. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37817/1/ulfpie053283_tm.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

para o sistema escolar. Assim, neste estudo interessa o termo abandono escolar, visto que os educandos da modalidade EJA por vezes deixam de frequentar as aulas, retornando no ano letivo seguinte.

A Constituição Federal de 1988⁵ prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência. Dessa forma, é dever do Governo Federal, bem como de estados e municípios, assegurar a oferta pública e gratuita de educação escolar para jovens e adultos. Entretanto, apesar da previsão de direitos e deveres, passados mais de 30 anos, as estatísticas nacionais não deixam dúvidas sobre os desafios enfrentados pelo País para assegurar a educação de todos, em especial.

De acordo com os dados do Censo da Educação Básica⁶, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais foi estimada em 6,6% em 2019 (11 milhões de analfabetos). Em 2018, havia sido de 6,8%. Essa redução de 0,2% no número de analfabetos do País corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%). A EJA é composta especialmente por alunos com menos de 30 anos, compondo 62,2% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, sendo 57,1% das matrículas. Já em relação aos estudantes acima de 30 anos, prevalece o sexo feminino, representando 58,6% das matrículas.

No século XXI, registram-se 21,7% dos brasileiros analfabetos, contudo, ainda se têm números alarmantes de pessoas que não estão inseridas no mundo dos letrados, o que potencializa uma apartação social⁷. A negação desse direito elementar vem associada à negação de outros direitos sociais básicos resultantes de uma estrutura social desigual e injusta. É relevante destacar que no rol das metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade do Plano Nacional da Educação (PNE) está a de “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional”⁸, diminuindo, dessa forma, a taxa de analfabetismo, alfabetismo funcional e ampliando a articulação à Educação Profissional.

Sob tais perspectivas é que este estudo se construiu, tendo como objetivo geral analisar as principais razões de permanência, abandono e retorno ao EJA e foi realizado em um Colégio Social localizado no Vale do Sinos/RS. Para conseguir tal objetivo, foram elencados os objetivos específicos, a saber:

- identificar e analisar as principais dificuldades encontradas no processo de aprendizagem e permanência;
- identificar e analisar as principais causas de abandono;
- identificar e analisar os principais agentes de retorno; e

5. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

6. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019**: Resumo Técnico: Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institutionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

7. Termo proposto por Crisóstom Buarque, que designa um processo pelo qual se denomina o outro como um ser “à parte” (apartar é um termo utilizado para separar o gado), ou seja, o fenômeno de separar o outro, não apenas como um desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc. mas do gênero humano. Apud NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, p. 29-47, 1994. <https://doi.org/10.9771/crrh.v7i21.18772>

8. BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.

- propor ações para a inclusão e a permanência dos estudantes da EJA, criando estratégias no que se refere à evasão escolar.

Salienta-se que há um hiato de informações sobre a EJA na região pesquisada, contudo apenas o município do estudo, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística⁹, conta com uma taxa de analfabetismo, de pessoas com 15 anos ou mais, de 3,36%, em uma população de 254.190 habitantes.

Considerando os pressupostos acima, tem-se como delimitação do tema desta pesquisa: identificar e analisar as principais razões de permanência, abandono e retorno dos estudantes da EJA de um Colégio Social, no Vale do Sinos/RS, no período de 2017 a 2022. E como problema: quais as principais razões de permanência, abandono e retorno à EJA de um grupo indivíduos pertencentes a um Colégio Social?

2. PERCURSOS E FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, aconteceu no Brasil uma mudança expressiva na teorização sobre juventude, como instância que produz as juventudes, tais como elas são concebidas atualmente¹⁰. Os jovens deixaram de ser apenas compreendidos como em transição para a vida adulta ou então como apenas um contingente de indivíduos abrangidos por determinada faixa etária. Passa-se a conceber a juventude em sua diversidade, tanto que o plural “juventudes” substituiu o singular e passou a ser largamente adotado. O uso do plural reage ao fato de que, nas abordagens mais tradicionais sobre juventude, os jovens são pensados como integrantes de uma cultura juvenil homogênea.

Viver a(s) juventude(s) em um mesmo tempo pode levar jovens de diferentes contextos sociais e culturais a partilharem linguagens, estilos, sentimentos, práticas e valores comuns. Mas o modo como experimentam o que os identifica como jovens é vivido de forma diferente a partir de diferentes situações em que se encontram, em especial seu grupo social, etnia, gênero, territorialidade, religião etc.

Os limites de idade não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho –, uma parte “deles” acaba por alargar o chamado “tempo da juventude” até a casa dos 30 anos. Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais¹¹.

Conforme Grabowsky¹², os jovens contemporâneos se configuram em uma categoria social em constantes mudanças, transitoriedade, diversidade e multiplicidade enquanto sujeitos. A sociedade, as instituições de ensino e os educadores necessitam ter sabedoria e discernimento para ofertar uma formação

9. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Município: Novo Hamburgo**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Novo+Hamburgo>. Acesso em: 7 nov. 2023.

10. PERONDI, Maurício et al. (org.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

11. NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105.

12. GRABOWSKI, Gabriel. **A desconstrução do futuro: juventudes, reforma do ensino médio e retrocessos das políticas educacionais**. Porto Alegre: Carta, 2019.

aos jovens que os prepare para toda a vida. Ainda, segundo o autor supracitado, a função da educação na economia capitalista se resume a preparar as crianças, adolescentes e jovens para o mercado de trabalho e para o consumo, adestrando-os para a sociedade do consumo.

Para autores como Oliveira¹³ e Ramos e Stella¹⁴, o jovem, mesmo enfrentando dificuldades, retorna à EJA em busca de certificação, de reconhecimento social, de busca por uma vida melhor, o que teoricamente o colocaria no mercado de trabalho e teria o seu lugar na sociedade garantido, tendo com isso o resgate da autoestima e passando a ser visto como um cidadão comum. Para tanto, confia que sua entrada no mundo do trabalho lhe proporcione condições melhores de vida, e pensa até na possibilidade de formação de sua própria família e de exemplo para seus filhos. O adulto já inserido no mundo do trabalho traz consigo uma história mais longa e acumula reflexões sobre o mundo externo.

Em conformidade com o Parecer do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) 11/2000¹⁵, adulto é o ente humano já inteiramente crescido, e o estado de adulto (adulteria) inclui o idoso e o jovem a partir 30 anos de idade. Segundo o Estatuto da Juventude¹⁶, o jovem se enquadra na faixa etária entre 15 e 29 anos. Já o idoso, também considerado adulto, conforme o Projeto de Lei 5628/19¹⁷, eleva de 60 para 65 anos a idade da pessoa considerada idosa para efeitos legais e os enquadra dentro da fase adulta. Nesse contexto, os termos “jovens e adultos”, também citados no Parecer, enfatizam que não há idade e nem época certa para o estudante se tornar capacitado a construir seus conhecimentos, habilidades e competências.

Assim, para Santos¹⁸, a EJA possibilita aos estudantes, após a conclusão da Educação Básica, não só mais igualdade de emprego, mas também de cidadania e de inclusão social. Ainda, de acordo com Gouveia e Silva¹⁹, esta modalidade representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ver a possibilidade de mudança no seu futuro.

Outro fato importante é que, conforme o Inep, através dos dados mais recentes do Censo Escolar²⁰, a EJA tem aproximadamente 2.774.428 estudantes matriculados, indicando uma queda em comparação aos anos anteriores, fruto, acredita-se, de efeitos primários da pandemia de covid-19, aliada ao contexto de violação de direitos subjacentes em nosso país, além da falta da efetivação de políticas educacionais. A EJA registrou queda mais acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, com redução de 8,3% em relação a 2019, o que corresponde a quase 270 mil estudantes a menos. Além disso, o Censo indica que 1,5 milhão de estudantes entre 14 e 17 anos não frequentam mais a escola.

Ainda segundo o Censo Escolar, de 2019 para 2020, aproximadamente 230 mil alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e 160 mil do Ensino

13. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 59-73, 1999. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_Oliveira.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

14. RAMOS, Ellen Taline de; STELLA, Claudia. Significados da escolarização para alunos da educação de jovens e adultos. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-207, 2016. <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n2p189-207>

15. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000*. Brasília: CNE/CEB, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

16. *Id. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Instituto Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.

17. *Id.* Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5628/2019**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para redefinir a idade de classificação como pessoa idosa para 65 (sessenta e cinco) anos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/ficha-detramitacao?idProposicao=2226619>. Acesso em: 7 nov. 2023.

18. SANTOS, Ilza Paula Suares. A evasão escolar na EJA. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 61-72, 2018. <https://doi.org/10.14393/OT-2018vXX.n.1.61-72>

19. GOUVEIA, Daniele da Silva; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. Os jovens da EJA e o trabalho: repensando a prática a partir das expectativas e representações sociais. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 319-342, 2017. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170051>

20. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022**: divulgação dos resultados. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

21. *Id.*, 2000.

22. *Id.* Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 4/1998, aprovado em 29 de janeiro de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: CNE/CEB, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

23. *Id.*, 2000.

Médio migraram para a EJA, sendo alunos com histórico de retenção e que buscam meios para concluir o Ensino Fundamental e o Médio. Observa-se também uma migração para a EJA a partir do 6º ano e uma grande evasão no 1º ano do Ensino Médio, acompanhado de um alto índice de repetência e, como consequência, o aumento da migração para a EJA.

O Parecer CNE/CEB n.º 11/2000²¹ é um documento fundamental para compreender as especificidades da EJA, enquanto reconhecimento de um direito negado à população com mais de 15 anos de idade. As considerações citadas no parecer têm induzido a implementação de políticas públicas e mudanças nas concepções em relação à EJA, além de legitimar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade. O parecer promove um diálogo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando-a uma forma de responsabilização do Estado na oferta da educação escolar de amplos segmentos sociais, estabelecendo que a EJA tem as seguintes funções: reparação, equalização e qualificação.

Conforme o parecer, a função reparadora da EJA significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, seja o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Dessa negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. A busca de uma sociedade menos desigual e mais justa continua a ser um alvo a ser atingido em países como o Brasil. Essa função se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos.

Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento. Como diz o Parecer CNE/CEB n.º 4/1998, “nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história”²².

Contudo, conforme o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000²³, a educação escolar, dentro de seus limites, possibilita um espaço democrático de conhecimento e de postura evoluindo para uma sociedade menos desigual. Ela pode auxiliar na eliminação das discriminações e, nesta medida, abrir espaço para outras modalidades mais amplas de liberdade, através do reconhecimento de si, da autoestima e do outro como igual.

É por isso que é preciso pensar em um modelo pedagógico para a EJA que crie situações pedagógicas e satisfaça necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. Como afirma Machado e Fiss²⁴, o engajamento dos docentes no contexto educacional pode ser de fundamental importância para a criação de novos conhecimentos e no desenvolvimento do sentido de pertencimento dos alunos. Além disso, Farias²⁵ e Zabala²⁶ citam a relação aluno-professor

e o ensino como um processo de construção compartilhada, significativo e autônomo necessário para o sucesso dessa aprendizagem.

De acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000²⁷, a função equalizadora tem a intenção de dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para que tudo isso possa acontecer, são necessárias mais vagas para esses novos estudantes, demandantes de uma nova oportunidade de equalização.

Campos²⁸ afirma que os motivos para o abandono escolar nessa modalidade são as condições de sobrevivência, em que o aluno deixa a escola para trabalhar, a precarização das condições de acesso e segurança e a incompatibilidade de horários com as responsabilidades assumidas, tendo assim dificuldade em conciliar o trabalho e o tempo de estudo. Cardoso e Ferreira²⁹ completam que, além dos motivos supracitados, eles também podem ser de ordem pessoal.

É nesse ponto que corroboram Paixão *et al.*³⁰, em relação ao status socioeconômico quando afirmam que o estudante opta, na maioria das vezes, pelo trabalho e deixa o estudo como última opção. Corroborando, Gadotti³¹ enfatiza que jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho travam uma constante batalha em busca de melhorias em suas condições de vida, incluindo moradia, alimentação, transporte e emprego.

Ainda, segundo o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000³², a EJA representa uma promessa de qualificação de vida para todas as pessoas, de todas as idades, como adolescentes, jovens, adultos e idosos que irão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a melhores condições de trabalho e cultura.

Conforme o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000³³, a função qualificadora visa propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA, e tem por base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Na base da expressão potencial humano sempre esteve o poder qualificar-se, requalificar-se e descobrir novos campos de atuação como realização de si. A realização da pessoa não é um universo fechado e acabado. A função qualificadora, quando ativada, pode ser o caminho dessas descobertas. Segundo Libâneo³⁴, é preciso considerar as diversas restrições que permeiam a evasão escolar nessa modalidade, pois na maioria das vezes são elas que acabam por não oportunizar aos estudantes condições favoráveis à igualdade e à qualidade educacional, contradizendo o que está previsto em lei.

24. MACHADO, Jeferson Ventura; FISS, Dóris Maria Luzzardi. Educação de jovens e adultos: encantamento e permanência na escola. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 22, 61, 2014. <https://doi.org/10.14507/epaa.v22n61.2014>

25. FARIA, Creuzinete Miranda. *Estudantes de EJA: motivações e sentidos para a permanência nas escolas estaduais no município de Cuiabá-MT*. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pgscognna.com.br/handle/123456789/48090>. Acesso em: 7 nov. 2023.

26. ZABALA, Antoni. *Apátrica educativa: como ensinar*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

27. BRASIL, 2000.

28. CAMPOS, Edna Lúcia Ferreira. *A infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais*. 2003. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://ejatrabalhadores.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/campos-edna-lucia-ferreira.htm>. Acesso em: 7 nov. 2023.

29. CARDOSO, Jaqueline; FERREIRA, Maria José de Resende. Inclusão e Exclusão: O retorno e a permanência dos alunos na EJA. *Debates em Educação Científica e Tecnológica*, Vila Velha, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2012. <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.26>

Assim, conforme o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000³⁵, a função qualificadora é também um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de material didático enquanto processo, mutável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de e no acesso a meios eletrônicos da comunicação. Os termos jovens e adultos indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, desenvolver-se e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

Nesse sentido, Freire³⁶ cita a importância de compreender a palavra esperança, como verbo “esperançar”, pois remete à luta, ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes para promover uma pedagogia do diálogo, da escuta e da democracia.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Com o intuito de atingir os objetivos traçados por esta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa como estrutura metodológica. Sob essa óptica, a perspectiva qualitativa abraça a própria envolvência do ambiente como geradora de dados, ao passo que os próprios pesquisadores se colocam como instrumento observacional.

A presente pesquisa enquadra-se na modalidade qualitativa de natureza descritivo-exploratória. A abordagem descritiva consubstancia-se na coleta, análise e ordenação dos dados, preservando sua integridade e desvendando frequência, natureza, características, causas e correlações dos eventos sem manipulação pelo pesquisador.

O presente estudo congrega uma amostra não probabilística, tendo como critério a conveniência, abraçando a participação de nove sujeitos. Dentre estes, três são estudantes que se mantiveram até a conclusão da EJA (EP₁, EP₂ e EP₃); outros três que abandonaram o percurso educacional e não retornaram (EA₁, EA₂ e EA₃); e, por fim, três indivíduos que retomaram seus estudos (ER₁, ER₂ e ER₃), todos inseridos no âmbito da EJA frequentando os níveis de Ensino Fundamental e Médio. Os participantes desta pesquisa, com idades variando entre 18 e 59 anos, perfilaram-se durante o período de 2017 a 2022 em um Colégio Social situado no contexto do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Para seleção dos participantes, os seguintes critérios de inclusão foram adotados:

- a) serem estudantes do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na instituição escolar denominada Colégio Social, localizada na região do Vale do Sinos, no período compreendido entre 2017 e 2022;

30. PAIXÃO, Edmilson Leite et al. *Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil*. In: DORE, Rosemary et al. (org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 315-342.

31. GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

32. BRASIL, 2000.

33. *Ibid.*

34. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

35. BRASIL, 2000.

36. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

- b) terem frequentado o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio no Colégio Social, na mesma região e intervalo de tempo especificado acima;
- c) possuírem idade igual ou superior a 18 anos de idade, independente da etnia, raça, gênero ou orientação sexual;
- d) consentirem sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esta pesquisa pautou-se pela observância dos preceitos éticos que regem as investigações nas esferas das Ciências Humanas e Sociais, conforme estabelecidos pela Resolução n.º 510/2016³⁷ do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes da pesquisa conferiram suas assinaturas em duas vias do TCLE, garantindo-lhes a proteção integral de suas informações compartilhadas, além de assegurar sua liberdade e segurança ao contribuir com seus relatos, percepções e experiências, sem receio de identificação.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados compreenderam entrevistas individuais semiestruturadas, realizadas junto aos estudantes selecionados, com o objetivo de interpretar e delinear o contexto investigado. As entrevistas, agendadas com antecedência, ocorreram em locais previamente estabelecidos e foram gravadas, tendo sido submetidas, posteriormente, a processo de transcrição.

Segundo o *site* do Colégio, atualmente a EJA conta com cerca de 400 estudantes nessa modalidade, divididos em turmas do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, e com o trabalho de cerca de 45 educadores que atuam diariamente na missão de construir conhecimentos e formar cidadãos comprometidos com os valores humanos. Em 11 de agosto de 2023, o colégio completou 26 anos de existência e já transformou mais de 10.000 vidas por meio da educação.

Na condução da análise dos dados, adotou-se a tipologia de análise temática, cujas bases remontam aos delineamentos teóricos propostos por Bardin³⁸ e Minayo³⁹. As entrevistas conduzidas neste estudo foram processadas por meio do software *Atlas.ti*, versão 23.

Dessa forma, de acordo com a estrutura delineada emergiram três eixos temáticos, sendo cada um deles composto por uma categoria principal. E uma dessas categorias se desdobra em uma subcategoria específica, cuja apresentação e análise estão reservadas para o próximo capítulo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Categoria 1 - Permanência: as perspectivas futuras e a motivação da continuidade dos estudos

Quando nos propomos a entender os sentidos da permanência dos estudantes da EJA nos espaços escolares, ao começar a ouvir as falas, as histórias

37. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

38. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

39. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

fascinantes de vida desses participantes, começamos a sentir o peso da responsabilidade em contribuir para a mudança de um cenário que, na maioria das vezes, não é favorável para a caminhada deles⁴⁰.

Conforme os entrevistados:

Na época que fiz a escolha, eu fiz para ajudar meu filho que estava no 9º ano de uma Escola Estadual... e como eu terminei primeiro o 9º ano, acabei não conseguindo ajudar ele e foi reprovado. No semestre seguinte consegui auxiliá-lo porque eu já estava no 1º ano do EM (EP1).

Pretendo me formar em 2024 como assistente social e os meus projetos é justamente poder fazer com que outras mulheres compreendam que é possível... alcançá-los é preciso estudo, dedicação, se preparando sabendo que o mercado de trabalho para a terceira idade não é tão fácil, mas tendo um diferencial [...] (EP2).

A primeira coisa como pai hoje a gente tem que se dedicar bastante à nossa família e nós se dedicando à família, a família ela olha pra gente e nos impulsiona a buscar melhores opções [...]. Pretendo chegar a administrador da empresa em que trabalho e depois futuramente abrir o meu próprio negócio (EP3).

Percebe-se que o entrevistado EP1 relatou a motivação por trás de sua escolha educacional, que foi inicialmente feita para auxiliar seu filho, mesmo sem sucesso, no 9º ano de uma escola estadual. Aliado à fala do EP3, ilustrou a importância da educação na vida familiar e como as decisões educacionais podem afetar não apenas o indivíduo, mas também seus entes familiares.

A seguinte fala de EP2 também traz memórias das aprendizagens na EJA e os resultados na universidade conquistados pelo conhecimento adquirido nessa modalidade: “Gostei de todos os professores, de todas as matérias e me apropriei disso, como eu disse, até hoje, graças a Deus, minhas notas em dissertação sempre são dez dentro na universidade porque eu me lembro de cada ensinamento que eu tive”.

4.1.1. Subcategoria 1 - Permanência: desafios enfrentados na jornada educacional adulta

Conforme relatado pelo participante EP1, podemos observar que um dos desafios citados, para começar a estudar na EJA, foi enfrentar uma sala de aula cheia de estudantes com diferentes idades, ideias e históricos de vida: “Eu achei que seria mais difícil a questão das idades dentro da sala de aula porque eu tinha colega dos 18 anos até os 60 anos [...] tive que aprender de verdade coisas que eu nunca aprendi no ensino regular nas escolas que estudei” (EP1).

A transferência de saberes e a construção de conhecimentos são intermináveis, sendo possível identificar isso no trecho: “Eu nunca tinha tido Filosofia, Empreendedorismo, nem sabia o que era isso... Foi difícil algumas matérias,

40. FARIAS, op. cit.

mas acho que não chega ser uma dificuldade, mas um obstáculo que a gente consegue superar” (EP1).

A fala do entrevistado EP2 “geralmente conciliar família, estudos e trabalho”, por sua vez, expressa a dificuldade em dar conta de tudo, da escolha, da importância da família, do sustento e da exclusão de seus direitos.

Sabemos que a conciliação entre atividades profissionais, estudo e vivência familiar constitui um desafio para qualquer indivíduo. A formação de uma família, principalmente com a chegada dos filhos, provoca mudanças que precisam de negociações, organização, de uma rede de apoio, tempo, equilíbrio e persistência para prosseguir nas conquistas dos objetivos da vida adulta. Junto à formação da família, há a preocupação com o sustento adquirido através do trabalho e uma busca pela qualificação para melhorar essas condições de vida.

4.2. Categoria 2 - Abandono: causas do abandono escolar: compromisso, demandas pessoais e profissionais

Nesta categoria, os participantes destacaram pressões externas, como necessidades familiares prementes, responsabilidades familiares e demandas de trabalho como influências-chave. Por exemplo, a necessidade de cuidar de familiares doentes, especialmente idosos ou crianças, foi mencionada como um motivo para interromper os estudos:

Porque era pra mim ter me formado e eu não consegui me formar esse ano, né, no terceiro do médio porque eu precisei parar para cuidar da minha vó porque foi uma época difícil, ela teve internada no hospital, depois deu alta, voltou para casa, passou mal, voltou para o hospital e foi um estágio bem complicado assim (EA₂).

Além disso, a necessidade de trabalhar para sustentar a família foi um fator determinante. Essa categoria revela como desafios pessoais e responsabilidades fora do contexto educacional afetaram a continuidade dos estudos. O entrevistado EA₁, por exemplo, relatou a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar horário da escola com o trabalho. No caso de EA₃, somaram-se ainda os fatores idade (fase da vida) e tempo de estudo além do período de aula.

Conforme Oliveira e Eiterer:

Os motivos para o abandono escolar que podem ser mencionados são as condições materiais de sobrevivência, em que o aluno deixa a escola para trabalhar; a precarização das condições de acesso e segurança; e a incompatibilidade de horários com as responsabilidades assumidas⁴¹.

Nesse cenário, Almeida⁴² diz que os estudantes que buscam a modalidade EJA encontram uma forma de trabalhar durante o dia e estudar à noite, porém com longas jornadas de trabalho muitos se afastam da escola tendo dificuldade de conciliar o trabalho e o tempo de estudo. Já Cardoso e

41. OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA.** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011.

42. ALMEIDA, Joceli Carla de. **A evasão na educação de jovens e adultos.** 2014. 14 f. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/53309>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Ferreira⁴³ reafirmam que os alunos da EJA abandonam o curso por motivos relacionados ao trabalho ou à família ou de ordem pessoal, depois de algum tempo retornam aos estudos e os abandonam novamente pelos mesmos motivos demonstrados anteriormente.

Os entrevistados mencionaram que compromissos profissionais e familiares, juntamente com horários incompatíveis, dificultam a participação regular nas aulas. Essa falta de tempo e flexibilidade impactou negativamente sua capacidade de manter um equilíbrio entre suas obrigações pessoais e os requisitos acadêmicos. Assim, a categoria evidencia a importância da flexibilidade e acessibilidade nos programas educacionais para adultos.

Além disso, o estudo realizado por Fritsch e Vitelli⁴⁴ acrescentam que, no turno noturno, o fracasso escolar está relacionado à pressão do mercado de trabalho, que exige matrícula sem considerar a frequência, assim como a defasagem idade-série de muitos estudantes. Além desses aspectos, a qualidade da escola, a motivação dos professores e a eficiência das políticas públicas também exercem influência significativa sobre esses resultados. Nesse sentido, pode-se perceber a complexidade do desafio de manter os jovens na educação formal e a importância de abordagens holísticas e políticas eficazes para combater a evasão escolar e garantir o acesso à educação de qualidade.

4.3. Categoria 3 - Retorno: motivações para o retorno à EJA: busca por desenvolvimento pessoal e profissional

Ao explorar a busca por melhores oportunidades profissionais e a superação de obstáculos, emerge um retrato multifacetado das razões subjacentes a essa decisão. A motivação intrínseca para aprimorar a trajetória profissional e a busca por superação pessoal se entrelaçam, delineando um panorama complexo das aspirações e desafios que moldam o retorno à educação de adultos na EJA.

Percebe-se, na fala dos entrevistados, a exposição citada acima, e o motivo do retorno aos estudos:

Conseguir uma profissão melhor (ER₂).

O desejo e a vontade de crescer na vida e poder proporcionar uma vida melhor para minha filha com os estudos; eu acredito que a gente pode ter uma vida melhor, com mais oportunidades de trabalho e um salário melhor (ER₃).

Na fala de ER₃, supracitada, a necessidade de sobreviver prevalece, mas traz ainda a realidade de muitas mulheres, que provêm o sustento da casa, o cuidado com os filhos e a necessidade de conciliar estudo, trabalho e família. Muitas vezes, por falta de uma rede de apoio, as mulheres precisam priorizar o trabalho e a criação dos filhos para que, em outro momento, quando os filhos estiverem maiores e com uma rede de apoio, retornem aos estudos a fim de buscar sua realização pessoal e profissional. As mulheres ainda sofrem

43. CARDOSO; FERREIRA, op. cit.

44. FRITSCH, Rosangela; VITELLI, Ricardo Ferreira. **Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho:** o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. Reunião Científica Regional da ANPED, Curitiba, 24-27 jul. 2016. Disponível em: http://www.anped2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

muitos preconceitos e desigualdades no mercado de trabalho, em relação aos cargos, salários e assédios.

Além disso, o período da pandemia de covid-19 para muitos também foi um momento de grandes desafios, de um ensino remoto, e de uma educação novamente excluente na EJA. A aula remota acontecia de modo assíncrono por grupos de Facebook criados pelo colégio para acompanhamento das aulas e, na maioria das vezes, esse estudante não tinha internet ou aparelho compatível para as aulas, o que acabava desmotivando-o na conquista dos seus sonhos. Ainda é possível perceber que muitos estudantes preferem a aula presencial ao ensino a distância por conseguir ter mais atenção e foco.

A fala do estudante ER₃ traz a importância da busca pela conclusão dos estudos para melhores oportunidades profissionais, confirmando as funções da EJA como reparadora, equalizadora e qualificadora:

Hoje em dia se a gente não tem um Ensino Médio completo, a gente não tem muitas oportunidades, profissionalmente falando, então é necessário a conclusão do Ensino Médio para poder se qualificar, em algum curso técnico para poder ter uma evolução profissional (ER₃).

Muitas vezes, os estudantes encontram na EJA, além da possibilidade de concluir seus estudos, um currículo flexível, um incentivo e uma orientação dos professores para seguir a trajetória de construção do seu Projeto de Vida. Corroborando, Santos⁴⁵ diz que a EJA possibilita aos estudantes, após a conclusão da Educação Básica, não só mais igualdade de emprego, mas também de cidadania e de inclusão social.

Os entrevistados também apontaram fatores internos à escola que desencadearam o retorno deles para a EJA, dentre eles o tempo reduzido, o interesse em concluir o Ensino Médio, como já citado, e fatores externos como um bom emprego, a perspectiva de um futuro melhor, o ingresso no ensino técnico ou superior, a necessidade de formação para o trabalho, o sonho de trabalhar em um banco ou passar em um concurso público.

E assim, de acordo com Silva *et al.*⁴⁶, quando a escola consegue fazer o estudante acreditar em seu potencial, ela cumpre seu papel, que vai muito além da instrução escolar, auxiliando no desenvolvimento de emancipação do sujeito na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, já que os entrevistados trouxeram em suas falas subsídios suficientes para que essas questões fossem respondidas.

Os entrevistados apontaram como fatores da permanência na EJA as perspectivas futuras e a motivação na continuidade dos estudos. Na fala deles apareceram fatores intrínsecos e extrínsecos, razões pessoais, familiares e

45. SANTOS, *op. cit.*

46. SILVA, Rita de Cássia Santos da *et al.* As causas da evasão escolar na EJA: uma concepção histórica. *Revista EJA em Debate*, Florianópolis, v. 8, n. 13, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2546>. Acesso em: 7 nov. 2023.

profissionais que os incentivaram a continuar seus estudos, destacando como essas motivações refletem suas aspirações e metas futuras. Além disso, essas motivações podem ter sido influenciadas por eventos de vida, experiências anteriores e necessidades individuais, pois cada um traz na sua bagagem, suas particularidades, vivências, idas e voltas, erros e acertos, mas com o desejo de recuperar o tempo perdido.

Com relação ao abandono na EJA, os entrevistados citaram a dificuldade em dar conta de tudo, de conciliar trabalho, família e estudo. Os compromissos e as demandas pessoais impactam na possibilidade de continuar os estudos e que muitas vezes escolhem voltar em outro momento para a realização pessoal e profissional.

E as motivações dos entrevistados ao retorno dos estudos na EJA é a busca por desenvolvimento pessoal e profissional, indicando a conclusão do Ensino Médio e a continuidade dos estudos a fim de se qualificarem para posições mais elevadas, conquistar outras oportunidades no mercado de trabalho, ter melhores condições financeiras através de empregos e salários mais dignos.

É possível observar que, em ambos os casos, a necessidade de trabalhar faz com que esse estudante se qualifique e permaneça, ou que ele também abandone a escola para prover o sustento da família ou ainda, que ele retorne para se qualificar em busca de melhores oportunidades de trabalho e salários.

A partir deste estudo, é possível propor ações de inclusão e a permanência dos estudantes na EJA no que se refere à evasão escolar. O Colégio poderá colocar no seu planejamento estratégico ações que contribuam para a permanência dos estudantes na EJA, fazendo a escuta por meio de questionários ou pesquisas com os estudantes que iniciam suas atividades escolares, os que permanecem e concluem, os que abandonam e os que retornam aos estudos nesse colégio. Outra sugestão é mapear os seus pontos fortes e fracos e fazer o contato semestral com aqueles estudantes que abandonaram os estudos a fim de convidá-los ao reingresso. Outra ação seria continuar oferecendo transporte, alimentação, uniforme, atividades de integração e protagonismo, e visitas às residências dos estudantes para conhecer a realidade. E prosseguir na construção de um currículo e avaliação voltados às especificidades da EJA, além do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas dos professores dessa modalidade para que possam equalizar, reparar e qualificar o processo de aprendizagem.

Este estudo reafirma que a função da EJA vai além de equalizar, reparar e qualificar os estudantes que frequentam esta modalidade. É a formação de um sujeito em (re)construção, protagonista, cidadão de direitos, que busca a inclusão numa sociedade que por muitas vezes o excluiu. Cabe a nós, sociedade, profissionais e estudantes da educação, mostrar que o ensino é essencial e traz esperança na transformação destas realidades.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRANCO, Emerson Pereira *et al.* Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 34, p. 133-155, 2020. <https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 4/1998, aprovado em 29 de janeiro de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: CNE/CEB, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceboo4_98.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000**. Brasília: CNE/CEB, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5628/2019**. Altera a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, para redefinir a idade de classificação como pessoa idosa para 65 (sessenta e cinco) anos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2226619>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019:** resumo técnico. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022:** divulgação dos resultados. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

CAMPOS, Edna Lúcia Ferreira. **A infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** 2003. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CARDOSO, Jaqueline; FERREIRA, Maria José de Resende. Inclusão e Exclusão: O retorno e a permanência dos alunos na EJA. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vila Velha, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2012. <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.26>

CAVALCANTI, Meireluce Rocha. **A prática profissional do supervisor escolar e os desafios sobre a evasão e o abandono na educação de jovens e adultos em Fortaleza.** 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37817/1/ulfpie053283_tm.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

FARIAS, Creuzinete Miranda. **Estudantes de EJA:** motivações e sentidos para a permanência nas escolas estaduais no município de Cuiabá-MT. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/48090>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FERREIRA, Rosely dos Santos. **A política de formação dos professores da educação de jovens e adultos de Mato Grosso (2003-2014).** 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgedu/wp-content/uploads/2023/06/ROSELY-DOS-SANTOS-FERREIRA.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

FRITSCH, Rosangela; VITELLI, Ricardo Ferreira. **Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho:** o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. Reunião Científica Regional da ANPED, Curitiba, 24-27 jul. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/>

uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Município: Novo Hamburgo.** Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Novo+Hamburgo>. Acesso em: 7 nov. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho:** ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GOUVEIA, Daniele da Silva; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. Os jovens da EJA e o trabalho: repensando a prática a partir das expectativas e representações sociais. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 319-342, 2017. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170051>

GRABOWSKI, Gabriel. **A desconstrução do futuro:** juventudes, reforma do ensino médio e retrocessos das políticas educacionais. Porto Alegre: Carta, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MACHADO, Jeferson Ventura; FISS, Dóris Maria Luzzardi; Educação de jovens e adultos: encantamento e permanência na escola. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 22, 61, 2014. <https://doi.org/10.14507/epaa.v22n61.2014>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, p. 29-47, 1994. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v7i21.18772>

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 59-73, 1999. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA.** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011.

PAIXÃO, Edmilson Leite *et al.* Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. In: DORE, Rosemary *et al.* (org.). **Evasão na educação:** estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/ RIMEPES, 2014. p. 315-342.

PERONDI, Maurício *et al.* (org.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos:** onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

RAMOS, Ellen Taline de; STELLA, Claudia. Significados da escolarização para alunos da educação de jovens e adultos. **Psicologia:** teoria e prática, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-207, 2016. <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n2p189-207>

SANTOS, Ilza Paula Suares. A evasão escolar na EJA. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 61-72, 2018. <https://doi.org/10.14393/OT2018vXX.n.1.61-72>

SILVA, Rita de Cássia Santos da *et al.* As causas da evasão escolar na EJA: uma concepção histórica. **Revista EJA em Debate**, Florianópolis, v. 8, n. 13, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2546>. Acesso em: 7 nov. 2023.

TELES, Damares Araújo; SOARES, Maria Perpétua do Socorro Beserra. Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização. **Revista de Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 1, p. 80-102, jan./jun. 2016. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v9n1p80-102>

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.